



Análise do comportamento da taxa selic durante a pandemia de Covid-19

Analysis of the behavior of the selic rate during the Covid-19 pandemic

Análisis del comportamiento de la tasa Selic durante la pandemia de Covid-19

*Bonifácio Benício de Souza¹, Emiliane Januário², Aline Carla de Medeiros³ e
Patricio Borges Maracaja⁴*

RESUMO: No período pandêmico houve uma desaceleração da economia, o que levou o governo a adotar medidas que facilitassem o crédito na tentativa de aquecer o mercado interno o que refletiu em mudanças nas taxas de juros. Objetivou-se com esse artigo analisar o comportamento da taxa Selic durante a Pandemia de Covid-19. Trata-se de uma pesquisa documental cujos dados foram coletados a partir da plataforma do Banco Central do Brasil, no período de 2020 a 2024. Concluiu-se que a redução da taxa Selic foi uma medida importante para reaquecer a economia no período inicial da pandemia, principalmente durante o lockdown.

Palavras-chave: Juros, Economia, Política Econômica.

SUMMARY: During the pandemic period, there was a slowdown in the economy, which led the government to adopt measures to facilitate credit in an attempt to heat up the domestic market, which was reflected in changes in interest rates. The objective of this article was to analyze the behavior of the Selic rate during the Covid-19 Pandemic. This is a documentary research whose data was collected from the Central Bank of Brazil platform, from 2020 to 2024. It was concluded that the reduction in the Selic rate was an important measure to revive the economy in the initial period of the pandemic, especially during lockdown.

Keywords: Interest, Economy, Economic Policy.

RESUMEN: Durante el período de pandemia se produjo una desaceleración de la economía, lo que llevó al gobierno a adoptar medidas para facilitar el crédito en un intento de calentar el mercado interno, lo que se reflejó en cambios en las tasas de interés. El objetivo de este artículo fue analizar el comportamiento de la tasa Selic durante la pandemia de Covid-19. Se trata de una investigación documental cuyos datos fueron recopilados de la plataforma del Banco Central de Brasil, de 2020 a 2024. Se concluyó que la reducción de la tasa Selic fue una medida importante para reactivar la economía en el período inicial de la pandemia, especialmente durante aislamiento.

Palabras clave: Interés, Economía, Política Económica.

1. Sc. Professor Titular – Unidade Acadêmica de Medicina Veterinária/UAMV – Universidade Federal de Campina Grande/UFCG – Campus de Patos. Cx.P. 64 – 58700-970 – Patos, PB – E-mail: bonifi@estr.ufcg.edu.br

²Aluno concluinte do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas – Universidade Estácio de Sá – UNESA.

³ Prof. D. Sc. do Programa de Pos Graduação em Gestão em Sistemas Agroindustriais da UFCG – Pombal – PB – E-mail: alinecarla.edu@gmail.com

⁴ D. Sc. do Programa de Pos Graduação em Gestão em Sistemas Agroindustriais da UFCG – Pombal – PB e Unifip – Centro Universitário de Patos – PB – E-mail: patriciomaracaja@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com a pandemia da Covid-19, todas as economias do mundo foram afetadas, e no Brasil houve uma severa desaceleração, acarretando prejuízos para todos os setores da economia. Considerando que a taxa Selic é utilizada como o principal instrumento de política monetária pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação e impulsionar o desenvolvimento econômico, este estudo teve como objetivo verificar, com base nos dados do Banco Central, o comportamento da Taxa Selic durante o período da pandemia de Covid-19. Esta pesquisa fundamentou-se em uma revisão bibliográfica, além disso foi realizada uma análise documental sobre a Taxa Selic a partir dos dados disponíveis na página do Banco Central do Brasil, especificamente nas atas das reuniões do Conselho de Política Monetária (Copom), no período de 2020 a 2024, visando compreender a importância dessa política de juros durante a pandemia da Covid-19.

Este estudo sobre o comportamento da Taxa Selic durante a pandemia de Covid-19 é crucial para a sociedade, governo e empresas. Ao compreender como as políticas monetárias afetam a economia durante crises, a sociedade pode tomar decisões financeiras mais informadas, o governo pode ajustar suas estratégias para promover a estabilidade econômica, e as empresas podem tomar decisões estratégicas mais eficazes para se adaptarem às condições econômicas adversas, contribuindo assim para o crescimento sustentável e a resiliência econômica.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

OS JUROS NA ECONOMIA DO BRASIL

A taxa de juros (juros) pode ser definida como o custo do dinheiro para o tomador ou o lucro para o credor, num determinado espaço de tempo. Os juros podem ser simples ou compostos, os juros simples a capitalização é feita exclusivamente sobre o capital. Já os juros compostos são calculados de forma exponencial, ou seja, a capitalização é feita em cima do capital mais os juros produzidos ao longo do tempo da transação realizada.

Os tem grande importância na economia de forma geral, pois um aumento na taxa de juros tem implicações sérias para a economia, porque afeta as tomadas de decisões, desde as despesas diárias dos consumidores até decisões críticas de investimentos que afetam a estrutura econômica de um determinado país (OMAR, 2008).

As taxas de juros interferem nos preços e nos custos de todos os setores da economia, por haver estreitas relações entre a taxa de juros e as variáveis econômicas como a inflação, o desemprego, a taxa de câmbio, a balança de pagamentos e a dívida externa e interna, afetando negativamente os investimentos e o consumo, interferindo assim diretamente no crescimento da economia do país (OMAR, 2008).

De acordo com Carnáuba (2019) as principais razões para as elevadas taxas de juros no Brasil, sendo considerada como uma das mais altas do mundo, são: o alto endividamento público, a existência de fraquezas institucionais que impedem os investidores de terem seus direitos estabelecidos nos contratos devidamente protegidos; a insuficiência de poupança doméstica, o histórico de inflação alta e volátil e existência de canais que atrapalham a transmissão da política monetária. Segundo Modenesi & Modenesi (2012) a elevada participação dos preços administrados na composição do IPCA como um fator contribuinte para o mau funcionamento desses canais de transmissão no Brasil. E que o aprimoramento da mensuração do grau de ineficácia da política monetária é necessário e que os diferentes canais de transmissão devem ser tratados isoladamente e de forma minuciosa (MODENESI & MODENESI 2012).

A TAXA BÁSICA DE JUROS DO BRASIL (TAXA SELIC)

Conforme definição do Banco Central do Brasil, “a Selic é a taxa básica de juros da economia”. É também considerada o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) visando controlar a inflação. A taxa Selic influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras. A taxa Selic refere-se à taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de curtíssimo prazo (um dia) entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia. O BC opera no mercado de títulos públicos para que a taxa Selic efetiva esteja em conformidade com a meta da Selic definida na reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom).

A origem do nome da taxa Selic vem da sigla do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Esse sistema é uma infraestrutura do mercado financeiro administrada pelo

Banco Central. Nele são transacionados os títulos públicos federais. A taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados nesse sistema corresponde à taxa Selic. “O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é o sistema em que se efetua a custódia e se registram as transações com a maioria dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional” (BCB, 2023).

O Selic, é um sistema gerido pelo Banco Central (BC), é considerado uma infraestrutura do mercado financeiro (IMF) fazendo parte do Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB). As infraestruturas do mercado financeiro como um todo desempenham um papel importante no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo seu funcionamento essencial para a estabilidade financeira e condição necessária para salvaguardar os canais de transmissão da política monetária (BCB, 2023).

A taxa Selic deve ser avaliada como um instrumento monetário de controle de preços e da taxa de juros da economia (CONTE et al. 2020). Pois, com a taxa Selic alta, diminui o incentivo ao investimento e ao consumo, porém contribui para redução ou não elevação da inflação, por outro lado sacrifica quem precisa de créditos e facilita a vida de quem tem muito dinheiro para aplicação com juros altos e garantidos pelo governo, assim penaliza os mais pobres e favorece os mais ricos. A taxa de juros básica deve ser bem dosada para reduzir os inconvenientes, ou seja, regular o mercado financeiro e não permitir o aumento exagerado da inflação, pois a mesma, quando elevada também penaliza os menos favorecidos. Contudo, não se deve prejudicar os investimentos nem aumentar a dívida pública em patamar exorbitante, o que prejudica o crescimento do país com a redução do PIB e o baixo desenvolvimento da nação.

Os mecanismos de transmissão da política monetária do Banco Central do Brasil são os canais por meio dos quais mudanças na taxa Selic afetam o comportamento de outras variáveis econômicas. Os preços da economia são afetados por meio da decisão entre consumo e investimento das famílias e empresas; da taxa de câmbio; do preço dos ativos; do crédito; e das expectativas. Quando a taxa Selic é aumentada, as taxas de juros reais também tendem a subir. A elevação da taxa real de juros pode acarretar à diminuição de investimentos pelas empresas e a diminuição de consumo por parte das famílias – o que, por sua vez, tende a reduzir a demanda por bens e serviços da economia, contribuindo para a redução da inflação (BCB, 2023).

O crédito é outro canal de política monetária do Banco Central do Brasil. Ao aumentar a taxa de juros, o BC estimula os demais bancos a elevarem também suas taxas

de juros pelos empréstimos, diminuindo o volume de empréstimos às pessoas e às empresas, conduzindo assim a uma redução do consumo e dos investimentos.

O canal das expectativas quanto à evolução da economia pode ser alterado com a alterações na taxa de juros. Com a elevação da taxa Selic para conter as pressões inflacionárias, há uma indicação de contenção no nível de atividade da economia no presente e futuro. Levando assim os agentes acreditarem que a inflação seja mais baixa no futuro. Como resultado, os preços definidos no presente já tendem a aumentar menos pois os agentes sabem que as condições econômicas futuras não mais permitirão aumentos maiores de preços (BCB 2023).

INFLAÇÃO

A inflação é definida pelo Banco Central do Brasil como “o aumento dos preços de bens e serviços. Ela implica diminuição do poder de compra da moeda”. A inflação é medida pelos índices de preços que no Brasil são vários índices. Todavia, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice utilizado no sistema de metas para a inflação (BCB, 2023).

A inflação pode ter várias causas tais como: pressão de demanda, pressão de custos, inércia inflacionária e expectativas de inflação (BCB, 2023).

De acordo com Giovannetti (2013) a pressão de demanda ocorre principalmente quando o consumidor tem os recursos disponíveis para comprar, isso geralmente ocorre quando o país se encontra com baixo nível de desemprego, ou seja, ocorre apenas quando a economia se aproximando do pleno-emprego, ou seja, não pode aumentar substancialmente a oferta de bens e serviços em curto prazo. De forma que a demanda por bens e serviços da economia se tornem por um curto ou longo período superior aos bens e serviços ofertados, pressiona os preços até que, pela elasticidade ao preço dos bens e serviços e as forças de demanda e oferta atinjam o ponto de equilíbrio novamente (GIOVANNETTI, 2013).

Segundo Pinho, 2004 apud Jaskulski (2010) a inflação de demanda refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços na economia. É provocada pelo crescimento dos meios de pagamento, que não é acompanhado pelo crescimento da produção. Já a inflação de custos tem suas causas nas condições de oferta de bens e serviços na economia. O nível da demanda permanece o

mesmo, porém os custos de certos fatores importantes aumentam, levando à retração da oferta e provocando um aumento dos preços de mercado.

Com relação à inflação inercial, pode ser compreendida como aquela em que a inflação presente é uma função da inflação passada, ou seja, a inércia inflacionária é a resistência que os preços de uma economia oferecem às políticas de estabilização que atacam as causas primárias da inflação, sendo considerada a indexação dos valores das parcelas de contratos pela inflação do período passado dos contratos uma das causas principais da inércia inflacionária. Uma vez estabelecidos os mecanismos de indexação, tanto a inflação passada e a sua expectativa futura são responsáveis por determinar os preços e salários correntes. De forma que, caso a inflação passada ou a sua expectativa estiverem elevadas, ter-se-á um processo contínuo de perpetuação da inflação em um nível elevado (FAIÃO et al., 2017).

Durante a década de 1980 e o início de 1990, no Brasil, o problema da inflação inercial foi debatida e combatida com vários planos de estabilização que foram implementados. Contudo, vários deles fracassaram, e a cada novo fracasso a inflação ressurgia com mais força e os desequilíbrios econômicos se aprofundavam, tornando mais complexa a tarefa de estabilização. Só através do plano real em 1994 foi possível debelar esse problema (FAIÃO et al., 2017).

De acordo Jaskulski (2010) a inflação estrutural é essencialmente causada por pressões de custos, derivados de questões estruturais como a agrícola e a de comércio internacional.

“Com a inflação elevada gera incertezas importantes na economia, desestimula o investimento e prejudica o crescimento econômico. A inflação afeta particularmente as camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menos acesso a instrumentos financeiros para enfrentar os efeitos da inflação. Com a inflação mais alta também aumenta o custo da dívida pública (BCB, 2023)”.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

São vários índices utilizadas para mensurar a inflação, contudo, o índice oficial do Brasil para calcular a inflação é o IPCA.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A coleta de dados é feita do

dia 1 a 30 do mês de referência. O IPCA é o índice de referência do sistema de metas para a inflação e mede o preço de uma cesta de consumo representativa para famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos. As áreas geográficas são 13: regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande (BCB, 2023). O Banco Central trabalha para que a inflação anual, medida pelo IPCA, se situe em torno do centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Resolução 2.615, de 30 de junho de 1999, o índice a ser utilizado como referência para o regime de metas de inflação é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) (CARRARA & CORREA, 2012).

IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID19) NA ECONOMIA DO BRASIL

A grave doença causada pelo coronavírus Sars-CoV-2, surgiu na China em 2019, quando foi detectado o primeiro foco, rapidamente, tornou-se um problema de saúde pública mundial, sendo então classificada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que a denominou de Covid-19. Tendo sido orientado em todo o mundo a necessidade de adoção de medidas de higiene, com mais vigor, e a prática de isolamento social como forma de reduzir o impedir o contágio da doença. A Covid-19 foi uma das piores pandemias, causando milhões de mortes de forma direta e indireta em todo o mundo, bem como trouxe várias consequências em todas as áreas, com grandes impactos econômicos simultâneos, tanto sobre a oferta quanto sobre a demanda, tendo esses impactos levado a economia mundial a uma rápida desaceleração da economia com grave recessão (DWECK, 2020).

De um modo em geral, os impactos macroeconômicos provocados pela pandemia no Brasil podem ser representados ou expressos de várias formas. Pois, os impactos variam de acordo com variáveis econômicas, ou seja, com o valor bruto da produção (VBP); com as importações; com as ocupações; com a massa salarial; com o valor adicionado (VA); com os impostos sobre produtos (ICMS); e também com o produto interno bruto (PIB) (DWECK, 2020; MAESTRI, 2021).

A pandemia da COVID-19 provocou uma das maiores crises na saúde e também socioeconômica colocando 83,5% do mercado de trabalho no Brasil no estado de vulnerabilidade (BARBOSA; PRATES, 2020; GARBE, 2022).

No Brasil, até fevereiro de 2023, a quantidade de casos confirmados da COVID-19 contabilizada soma mais de 37 milhões de casos, com 699 mil vidas ceifadas (BRASIL, 2023).

De acordo com Garbe (2022), já no início de 2020, o mercado de trabalho brasileiro que ainda se recuperava da recessão de 2015-2016, com a taxa de desemprego caindo lentamente de 13,7% para cerca de 11% no final de 2019. O choque da COVID-19 atingiu assim o mercado de trabalho do Brasil ainda em uma posição muito frágil, em agosto de 2020, no geral, o Brasil perdeu cerca de 12 milhões de empregos em relação ao mesmo período de 2019, com a maior parte dessas perdas ocorridas nos meses de março, abril e maio (GARBE, 2022).

Com a pandemia da COVID-19 o desemprego aumentou assustadoramente de maio de 2020 para junho de 2021 ficando acima de 14%, com mais de 14 milhões de desempregados. Só a partir de julho de 2021 houve o início de uma redução lenta chegando ao nível de 8,1% em setembro de 2022 (IBGE, 2023). Essa taxa foi inferior à registrada no período pré-pandemia – outubro de 2019 (11,1%), mas bem acima da alcançada em outubro de 2014 período antes da recessão de 2015-2017 (6,6%) (IBGE, 2023).

Com o desemprego durante a pandemia e outros males estruturais do Brasil, em conjunto, elevaram a quantidades de pessoas a sofrerem de insegurança alimentar bem como o aumento das famílias vivendo em condições de extrema pobreza. Cabendo ao Estado Brasileiro e toda sociedade buscarem meios necessários para atacar essa situação que prejudica tantos brasileiros. Os prováveis meios para o combate a essa situação de pobreza são: distribuição de renda justa, investimentos e melhorias nos sistemas de saúde, educação, moradia e criação de empregos. De forma que atenda as demandas da população brasileira.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados da taxa Selic, apresentados na tabela 1 e gráfico 1, foram obtidos no site do Banco Central do Brasil – BCB. Esses dados são correspondentes aos valores definidos nas reuniões do Copom, no período de 2020 a 2023.

Tabela 1 - Variação da taxa Selic no período de 2020 – 2024.

Data	Taxa Selic (%)
20/03/2024	10,75
31/01/2024	11,25
13/12/2023	11,75
31/10/2023	12,25
20/09/2023	12,75
02/08/2023	13,25
21/06/2023	13,75
03/05/2023	13,75
20/09/2023	12,75
02/08/2023	13,25
21/06/2023	13,75
03/05/2023	13,75
22/03/2023	13,75
01/02/2023	13,75
07/12/2022	13,75
26/10/2022	13,75
21/09/2022	13,75
03/08/2022	13,75
15/06/2022	13,25
04/05/2022	12,75
16/03/2022	11,75
02/02/2022	10,75
08/12/2021	9,25
27/10/2021	7,75
22/09/2021	6,25
04/08/2021	5,25
16/06/2021	4,25
05/05/2021	3,5
17/03/2021	2,75
20/01/2021	2
09/12/2020	2

28/10/2020	2
16/09/2020	2
05/08/2020	2
17/06/2020	2,25
06/05/2020	3
18/03/2020	3,75
05/02/2020	4,25

Fonte: BCB - Elaboração do autor

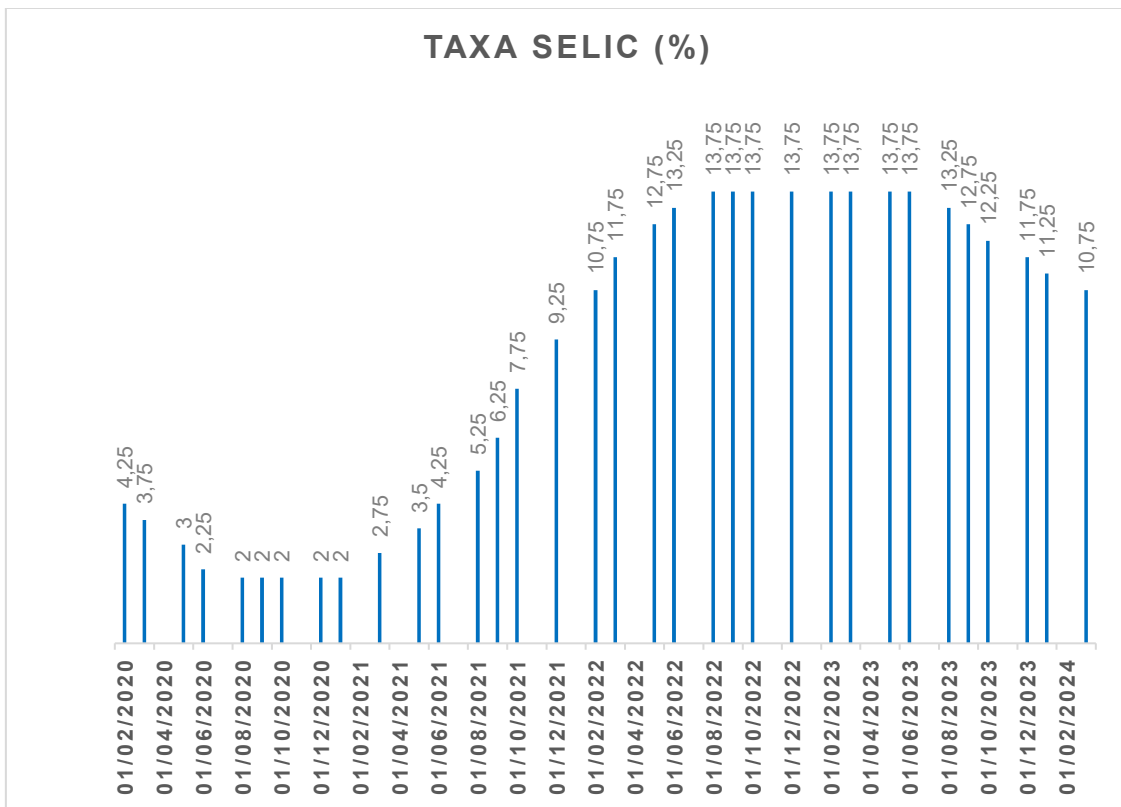


Gráfico 1 - Variação da taxa Selic durante e pós pandemia (2020 – 2023).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observando o gráfico 1, verifica-se que a partir de agosto de 2020 a taxa Selic baixou para o menor patamar no período da pandemia do COVID-19, chegando aos 2,00% a.a. A decisão do Copom durante a realização da 232ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, nos dias 4 e 5 de agosto 2020. Decisão de política monetária:

“Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 2,00% a.a. O Comitê entende

que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, em grau menor, o de 2022”.

A taxa básica de juros (Selic) permaneceu nesse nível até a realização da 237^a Reunião COPOM, 16 e 17 de março de 2021, com base no cenário presente naquela data a decisão de política monetária, a taxa básica de juros foi elevada em 0,75 ponto percentual, passando para 2,75% a.a.

“Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para 2,75% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022”.

Os membros do Copom consideraram que o cenário à época já não se fazia necessário o estímulo extraordinário, tendo em vista que “O PIB encerrou 2020 com crescimento forte na margem, recuperando a maior parte da queda observada no primeiro semestre daquele ano, com os efeitos negativos da Pandemia do COVID-19, e que “as expectativas de inflação passaram a se situar acima da meta no horizonte relevante de política monetária. Adicionalmente, houve elevação das projeções de inflação para níveis próximos ao limite superior da meta em 2021”.

A taxa Selic passou a sofrer acréscimo em todas as reuniões do Copom, até atingir o seu pico em 01 de agosto de 2022, quando chegou a 13,75%, permanecendo nesse valor até junho de 2023, esse platô da Selic ficou durante um período de 12 meses, chegando ao ponto de dificultar muito o crescimento econômico do Brasil.

Só por ocasião da 256^a Reunião do Copom, quando houve decisão para reduzir a taxa Selic em 0,5%, passando para 13,25%.

A decisão política do comitê de política monetária por ocasião da 256^a Reunião em 01 de agosto de 2022, com base nos cenários avaliados consideraram e decidiram por uma taxa de juros menor:

“Considerando os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 13,25% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta

ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e, em grau menor, o de 2025. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego”.

Nesta reunião Copom além de reduzir a taxa básica de juros para 13,25%, considerou ser apropriado adotar ritmo de queda de 0,50 ponto percentual nesta reunião em função da melhora do quadro inflacionário. O que de fato ocorreu na última reunião de número 257, realizada em 20 de setembro de 2023, quando reduziu a taxa Selic para 12,75%. E faz um comentário do presente e das perspectivas para 2024 e 2025.

“Considerando a evolução do processo de desinflação, os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 12,75% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e, em grau menor, o de 2025. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego”.

Nas reuniões 258, 259, 260 e 261 houve redução da Selic de 0,5%, chegando ao valor de 10,75 na reunião de 20 de março de 2024.

“Considerando a evolução do processo de desinflação, os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 10,75% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e, em grau maior, o de 2025. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego”.

Nesse cenário de queda da taxa Selic é aguardada o aquecimento gradual da economia e também o desenvolvimento do Brasil, tendo em vista que com os juros mais baixos, os incentivos para a tomada de empréstimo é estimulada, o encorajamento para o investimento é maior, e por conseguinte redução do desemprego e mais dinheiro no mercado para movimentar a economia. Espera-se que dentro do equilíbrio, a redução da taxa Selic possa atingir novamente níveis baixos, manter a inflação sob controle

concomitantemente com desenvolvimento da economia do país e a melhoria na qualidade de vida das pessoas melhorar nesse futuro próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução da taxa Selic foi importante para reaquecer a economia no período inicial da pandemia principalmente durante o lockdown.

Com base na análise do comportamento da Taxa Selic durante a pandemia de Covid-19, percebe-se uma série de decisões tomadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil em resposta às condições econômicas prevalentes. Inicialmente, houve uma redução significativa da taxa Selic, refletindo a necessidade de estimular a economia diante dos desafios impostos pela pandemia. Entretanto, à medida que a situação econômica se estabilizou e os riscos inflacionários aumentaram, o Copom optou por elevar gradualmente a taxa Selic. Esse período de taxas elevadas dificultou o crescimento econômico, mas a partir de agosto de 2023, o Copom iniciou um ciclo de redução da taxa Selic, buscando impulsionar o crescimento econômico e combater o desemprego. A expectativa é de que essa redução gradual dos juros estimule o investimento, impulsiona a atividade econômica e contribua para a melhoria das condições de vida da população, mantendo a inflação sob controle. Assim, esse cenário sugere um futuro de recuperação econômica gradual e progressiva para o Brasil, com perspectivas positivas para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2023.

<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Acesso em: 10/10/2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2023. 2023. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 10/10/2023.

BARBOSA, R.J.; PRATES, I. Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do programa emergencial de preservação do emprego e da renda (MP nº 936/2020) sobre

a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. **Mercado de Trabalho**, v. 69, p. 65-79, 2020.

BRASIL. 2023. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 26/09/2023.

CARNAÚBA, N.D. **Análise dos motivos das altas taxas de juros do Brasil**. Monografia (Bacharel em Ciências Econômica) -UNB, 2019.

CARRARA, A.F.; CORREA, A.L. O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA. **Rev. Econ. Contemp.**, v.16, n.3, p.441-462, 2012.

CAETANO, S.M.; SILVA JR. G.E.; CORRÊA, W.L.R. Abordagem discreta para a dinâmica da taxa Selic-meta. **Economia Aplicada**, v.15, n.2, 2011, p.199-221, 2011.

CONTE, B.P.; PINTO, N.G.M.; CORONEL, D.A. **Taxa selic e a economia brasileira: projeções e impacto da covid-19**. Observatório Socioeconômico da Covid-19 - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2020. Disponível em: [https://www.osecovid19.cloud.ufsm.br/media/documents/2021/03/29/Analise de Conjuntura_07.pdf](https://www.osecovid19.cloud.ufsm.br/media/documents/2021/03/29/Analise_de_Conjuntura_07.pdf). Acesso em: 20/09/2023.

DWECK, E. **Impactos Macroeconômicos E Setoriais Da Covid-19 No Brasil**.<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GIC/GIC IE NT ImpactosMacroSetoriaisdaC19noBrasilvfinal22-05-2020.pdf>

FAIÃO, T.F. PERDIGÃO, C.; CALDARELLI, C.E.; CAMARA, M.R.G. da. Inércia inflacionária: uma análise de raiz unitária nos índices de inflação no Brasil para o período recente. **Revista Econômica**, v.19, n.1, p. 185-208, 2017.

GARBE, H.S. **A crise econômica do COVID-19: uma análise dos efeitos na economia brasileira.** 2022. 52 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getulio Vargas, 2022.

GIOVANNETTI, Luiz Felipe Laudari. **Inflação de Serviços no Brasil: Pressão de Demanda ou de Custos.** 2013. 63f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola de Economia de São Paulo. São Paulo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Séries históricas: Taxa de desocupação,** 2023.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **IPEADATA,** disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2023.

JASKULSKI, A.O. **A estabilização econômica do plano real e o desenvolvimento econômico do período.** Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas). Porto Alegre, 2010.

MODENESI, Andre; MODENESI, Rui. Quinze anos de rigidez monetária no Brasil pós-Plano Real: uma agenda de pesquisa. **Revista de Economia Política,** v.32, n.3, p.389-411, 2012.

OMAR, J.H.D. Taxa de juros: comportamento, determinação e implicações para a economia brasileira. **Rev. Econ. contemp.,** v.12, n.3, p.463-490, 2008.

PONTEL, J.; TRISTÃO, P.A.; BOLIGON, J.A.R. O comportamento da taxa selic e as operações de investimento e financiamento de pessoa física no período pós-crise econômica. **Revista Gestão Organizacional,** v.13, n.2, p.123-141, 2020.